



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Concordo, propondo alteração  
à SPAA do CNR

A consideração em  
concordo com a classificação  
do bem em análise como  
MIP, ampliado assim o  
reconhecimento do seu valor

Comendo:  
A consideração superior  
Fernando de Azevedo, coordenador da UCC  
17.02.2017

04/21  
Catarina Coelho  
do Departamento  
dos Bens Culturais

Maneira em relação  
a Arg. Fernando Coelho.

2020-05-05

BERNARDO ALABAÇA  
Diretor-Geral

A SPAA do CNR  
2180601

PAULA ARAÚJO DA SILVA  
Diretora-Geral

INFORMAÇÃO n.º 492/DBC/DPIMI/UCC/2017

DATA:17.2.2017

CS: 1164018

PROCESSO: 2010/11-10/21/CL/477 – CSP 88106

**ASSUNTO:** Proposta de classificação como monumento de interesse público (MIP) do Palacete de Santa Sofia, incluindo o jardim e o património integrado, na Rua Sacadura Cabral, 78, Cruz Quebrada, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.

**1. ENQUADRAMENTO LEGAL**

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural)<sup>1</sup>.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda), nomeadamente o artigo 43.º, que refere que a zona especial de proteção tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado, e o artigo 54.º que determina, nomeadamente, o estabelecimento de restrições.

Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho (estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal), que introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural.

<sup>1</sup> Nomeadamente o disposto no artigo 17.º - Critérios genéricos de apreciação: a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respectivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

PM



cultural como de interesse Municipal.

Deve-se a importância do classifi-  
car esta tipologia patrimonial  
associada à vilegiatura de  
trabalhos do século XIX.

precisa no anúncio o puzer  
em DIZ o património imóvel

## 2. ANTECEDENTES

1. Em 3-12-2009 foi proposta à Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT), por Paulo Vasconcelos Figueiro (representante de um grupo de proponentes), a classificação da Quinta e Palacete de Santa Sofia, existente na [ENTÃO] freguesia da Cruz-Quebrada, concelho de Oeiras.

2. Em 4-02-2010 a DRCLVT, através do ofício n.º 346, informou os então proprietários (D. Luísa Vaz Pinto) de que se encontrava a analisar a proposta de classificação do referido imóvel, solicitando a devida autorização para visitar o local, não tendo sido obtida qualquer resposta.

3. Em 26-02-2010 a DRCLVT, através do ofício n.º 549, informou a Câmara Municipal de Oeiras (CMO) de que a Direção Regional se encontrava a analisar a proposta de classificação do referido imóvel, solicitando à autarquia que informasse a DRC sobre a existência de eventuais compromissos/projetos de intervenção assumidos para o local.

4. Em 05-03-2010 Paulo Vasconcelos Figueiro enviou à DRCLVT diversos documentos para «reforço das características arquitetónicas através de novas fotografias e documentação recolhida.» A documentação encontra-se a instruir o processo.

5. Em 24-03-2010 o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da CMO informou o seguinte:

A Quinta de Santa Sofia está classificada como "imóvel de interesse municipal" pela aprovação do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras (PSPCACO) e respectiva publicação no Diário da República em 19.03.2004.

Em 2008 deu entrada na Câmara um pedido de informação prévia que pretendia a recuperação do Palacete, mantendo o uso habitacional, e a construção de moradias unifamiliares, numa banda ao longo do terreno.

Depois de efectuadas as correcções impostas pela apreciação técnica dos serviços, e salvaguardando a recuperação do imóvel classificado, como condicionante à futura intervenção, foi proposta a aprovação do pedido.

Face ao exposto, julga-se de informar o IGESPAR que o pedido de informação prévia constante no processo n.º 122/2008, disponível para consulta nesta edilidade, constitui um compromisso urbanístico para o local em apreço.»

6. Em 21-08-2012, por despacho da subdiretora-geral da DGPC, proferido sobre a Informação n.º 1827/DRCLVT/2012, foi determinada a abertura do procedimento de classificação do Palacete e Jardim de Santa Sofia, na Rua Sacadura Cabral n.º 78, [na então] freguesia de Cruz Quebrada-Dafundo, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.

7. Em 05-11-2014 visitámos o imóvel acompanhados pelo Arq. Paulo Duarte (DGPC) e pelo representante dos proprietários, Pedro Vaz Pinto.



integrado a classificaç.  
Após a elaboração da proposta  
de classificaçã do Estádio Nacional  
agora em estudo tem esta classifi-  
caçã e respectiva ZGP em  
ausência. →

8. Em 06.11.2014 foi produzida pelo signatário e pelo Arq. Paulo Duarte a Informação n.º 2674/DBC/DPIMI/UCC/2014 relativamente a questões levantadas pelo representante dos herdeiros/proprietários, nomeadamente sobre a redução do âmbito da classificação, tendo sido prestados esclarecimentos quanto à importância do jardim em termos funcionais e patrimoniais, e aos ónus existentes/a fixar.

9. Encontra-se, assim, concluída a primeira fase do procedimento (abertura), devendo iniciar-se a segunda fase do procedimento (decisão final).

10. Em 24-11-2014, o coordenador da Unidade de Coordenação de Classificações (UCC), Dr. Fernando Moser, despachou nos seguintes termos: «Ao Dr. Paulo Martins e ao Arq.º Paulo Duarte para prosseguirem a instrução do processo.»

### 3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Palacete e Jardim de Santa Sofia, na Rua Sacadura Cabral, 78, Cruz Quebrada, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa, em vias de classificação, conforme despacho de 21 de agosto de 2012 da subdiretora-geral da DGPC, e Anúncio n.º 13394/2012, publicado no DR, 2.ª série, N.º 175, de 10 de setembro.

Nos termos da legislação em vigor, dispõe de uma zona geral de proteção (ZGP) de 50 metros, contados a partir dos limites externos do imóvel.

### 4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR

#### 4.1. Legislação de âmbito municipal

##### 4.1.1. Plano Diretor Municipal de Oeiras (PDMO)

O PDMO em vigor foi publicado através do Aviso n.º 10445/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 179, de 14 de setembro.

O PDMO integra e articula as orientações estabelecidas pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, bem como pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), aprovado pela RCM n.º 68/2002, de 8 de abril.

↙ O palacete e o jardim de Santa Sofia estão inseridos num núcleo urbano consolidado, integrando o Regulamento do referido PDMO.

Solicitado, de imediato, ao  
Dr. Paulo Santos a atualização  
da ficha de inventário do Sistema  
Ulisses, de acordo com as novas  
normas, salvaguardando o  
actual texto da Dra. Silvia Leite

Nos termos da Planta de Ordenamento 5 do PDMO – Riscos com intervenção direta no ordenamento do território – (Fonte: [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta de Ordenamento 32111 5.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de Ordenamento_32111_5.jpg)), o Palacete e o jardim de Santa Sofia, no que à «Qualificação funcional do solo urbano» se refere, encontram-se inseridos na categoria de Solo Urbano – Urbanizado, Espaço Central, e Área consolidada, com Risco natural de Tsunami (Ver foto 1 e 2).

De acordo com o regulamento do PDMO, nas áreas consolidadas privilegia-se a conservação do edificado existente, a colmatação e a compactação da malha urbana através de novas edificações que assegurem a qualificação do espaço público (artigo 30.º, número 3 –).

O território do Município de Oeiras compõe-se por cinco Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG). O Palacete e o jardim de Santa Sofia encontram-se dentro do território abrangido pela «Unidade operativa de planeamento e gestão nascente (UOPG nascente)», artigo 42.º, alínea d) do PDMO, «que abrange um território com 1303 ha, e integra os anteriormente designados aglomerados urbanos de Cruz-Quebrada/Dafundo, Algés/Miraflores, Linda-a-Velha, Carnaxide e Outurela/Portela, bem como a área do Complexo Desportivo do Jamor e a Serra de Carnaxide» (ver também artigo 47.º e 48.º do PDMO).

Cada UOPG dispõe de objetivos específicos, integra diversas categorias e subcategorias de solo urbano e rural e dispõe de parâmetros urbanísticos próprios, que devem ser considerados conjuntamente com as disposições de carácter geral constantes do PDMO.

Os Valores Patrimoniais existentes no município de Oeiras estão identificados na Planta de Condicionantes, Património Edificado, (Fonte: [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta de condicionantes 32114 8.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_32114_8.jpg)), e no Anexo II do Regulamento do PDMO, fazendo parte da categoria dos e) Imóveis em vias de Classificação, enquadrados pelo TÍTULO III – artigo 11.º do regulamento, referente ao Património classificado e em vias de classificação (Capítulo I - Sistemas de proteção de valores e recursos). (Ver foto 3).

O Palacete e o jardim de Santa Sofia constam do ANEXO II do Regulamento do PDMO (Imóveis classificados e em vias de classificação no Município de Oeiras), com a referência EC18<sup>2</sup>.

Relativamente aos Sistemas de proteção de valores e recursos culturais (ver artigo 10.º), o município dispõe atualmente dum regulamento específico, designado por Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras (PSPCACO), publicado no DR 2.ª série, n.º 67, de 19 de março de 2004.

Relativamente ao património classificado e em vias de classificação do concelho de Oeiras, o artigo 11.º, número 2, do PDMO, refere que sem «prejuízo das medidas que, em concreto, venham a revelar-se adequadas de acordo com a autorização dos serviços da Administração do património cultural, os órgãos e serviços competentes do município

<sup>2</sup> Já em 28.10.2011 o então IGESPAR, I.P., comunicou à CMO que não considera este e todos os bens constantes do Anexo II do Regulamento do PDMO e do PSPCACO como classificados (interesse municipal), atendendo a que não foram seguidos os procedimentos legais relativos à classificação de bens imóveis.

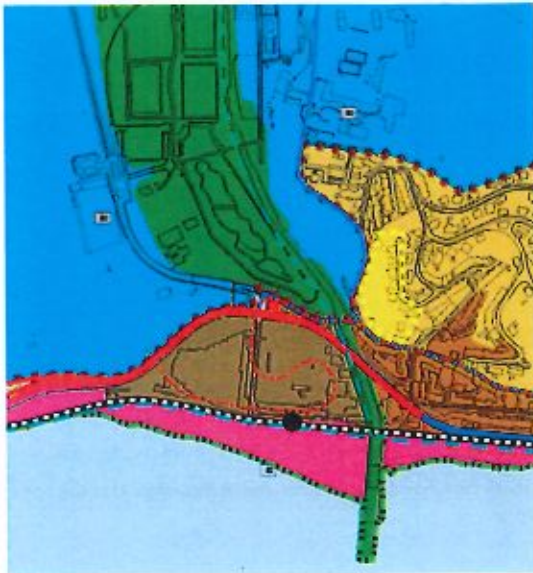


Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

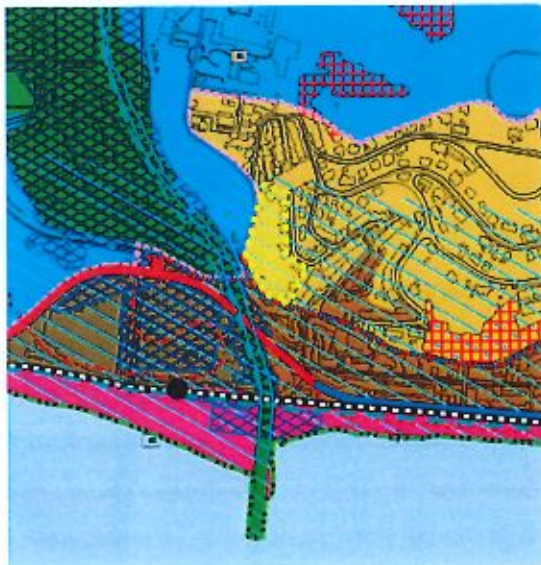
no SI, vedulo Inventário (ntos).  
Solicitado, ainda, ao Dr. Fernando  
Rosa, a inserção no SI, ficha do imóvel,  
no campo de cronologia, a referência  
referente à classificação de Interesse  
Municipal.  
A equidp Super 20.02.2017

Deolinda Folgado  
Chefe de Divisão de Património  
Imóvel e Imaterial

de Oeiras devem, no exercício das respetivas competências, agir de modo a que, nas intervenções que autorizam, sejam preservados a envolvente e os elementos fundamentais que constituem a imagem ou as características gerais ou tipológicas dos imóveis.»<sup>3</sup>



1. Extrato da Planta de Ordenamento 2 (Classificação e Qualificação do Solo). Solo Urbano – Urbanizado, Espaços centrais, Áreas consolidadas. Fonte: <http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta de Ordenamento 32108 2.jpg>. Identificámos a amarelo o Palacete e Jardim.



2. Extrato da Planta de Ordenamento 5 (Riscos com intervenção direta no ordenamento do território). Fonte: <http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta de Ordenamento 32111 5.jpg>. Solo Urbano – Urbanizado, Espaços Centrais, Áreas consolidadas com Risco naturais, Risco de Tsunami. Identificámos a amarelo o Palacete e Jardim.

<sup>3</sup> O PDMO em vigor foi publicado através do Aviso n.º 10445/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 179, de 14 de setembro, p. 26465.

PM

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



3. Extrato da Planta de Condicionantes 8 (Património Edificado). Fonte: [http://ssaipL.de.territorio.pt/i/Planta\\_de\\_condicionantes\\_32114\\_8.jpg](http://ssaipL.de.territorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_32114_8.jpg).  
EC18 – Palacete e Jardim de Santa Sofia. ES19 – Ponte do Século XVII sobre o Rio Jamor.

## 5. O PALACETE E JARDIM DE SANTA SOFIA

### 5.1. Os revivalismos e ecletismos de Oitocentos<sup>4</sup>

O século XIX foi um período extraordinariamente complexo e rico no contexto da cultura Ocidental, particularmente na Europa. Se quisermos dar uma ideia sumária, mas necessariamente esquemática, das suas características socioculturais fundamentais, temos de referir que apresenta como traço fundamental uma ambivalência, qual moeda de duas faces, que faz parte da genética do grupo social que vai protagonizar a ação: a burguesia.

Assim, temos, por um lado, o sentido progressista e revolucionário que se materializa na Revolução Industrial (onde se incluem as revoluções científica, técnica, agrícola, demográfica, urbana, dos transportes, etc.). É o espírito racional e cartesiano, prático e empreendedor que transfigura o mundo de modo abrupto e irreversível. Por outro, causa e consequência, perante a vertigem e o abismo das transformações que moldam o dia-a-dia, os espíritos mais inquietos da época procuram respostas apaziguadoras, frequentemente díspares e contraditórias, que tanto podem passar por um ascetismo exacerbado que cultiva a reflexão interior, o isolamento, a austeridade e a contemplação passiva, como pode dar azo a uma exteriorização e afirmação diletante, «à ironia e ao sarcasmo», ao

<sup>4</sup> Matéria desenvolvida na Informação n.º 2811/DBC/DPIMI/UCC/2015, de 19.11.2015, relativa à proposta de classificação do Palacete Ribeiro da Cunha, incluindo o jardim, na Praça do Príncipe Real, 26, e na Calçada da Patriarcal, 40, Lisboa, freguesia de Santo António, concelho e distrito de Lisboa.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

«aventureirismo ardente», à ânsia pelo «pitoresco e exótico» que culmina, muitas vezes, na «delapidação de fortunas»<sup>5</sup>.

Estas atitudes, que classificamos como contraditórias, fazem parte da mentalidade romântica e manifestam-se nas mais variadas áreas do conhecimento humano, como, na religião (onde convivem o culto do cristianismo e do ocultismo), na história (a investigação positivista convive com o «culto do fantástico, do lendário e do misterioso») e na arte (a investigação arqueológica e histórica convive com o exotismo e o sincretismo), isto para referirmos apenas algumas das áreas mais relevantes para o assunto em análise.

No que respeita ao mundo da arte, percebemos as dificuldades e desafios que se colocam a quem concebe, a quem executa e a quem encomenda, à medida que este século avança.

No Antigo Regime, e até ao ocaso do Neoclassicismo, os processos (construtivos, tipológicos e artísticos) decorriam num «tempo longo» em que a genialidade e inovação se faziam num quadro de convenções estabilizado. Agora desenvolvem-se e aperfeiçoam-se, num ritmo cada vez mais frenético, novas e antigas técnicas e materiais (o ferro, o betão, o vidro, o tijolo, etc.), que colocam enormes desafios técnicos e culturais, a que se somam as novas tipologias edificatórias (museus, tribunais, bibliotecas, mercados, matadouros, hospitais, estações de caminho-de-ferro, pontes, fábricas, vilas operárias, prisões, quartéis, etc.) que resultam da revolução urbana e da explosão demográfica, havendo ainda que contar com os conhecimentos e opiniões de quem encomenda.

A arte, e muito especialmente a arquitetura, vai ficar enredada num mundo de valores que oscilam, a cada momento, entre o passado e o futuro, como não podia deixar de ser, face ao quadro cultural em que surgiu e se desenvolveu. Quadro este que causou uma enorme perplexidade, não apenas aos espíritos da época, mas também às gerações vindouras, onde se inclui o próprio escol da crítica, pelo menos até há bem pouco tempo atrás<sup>6</sup>. Efetivamente, até ao final do século XX, houve em Portugal, como lá fora, uma tendência para valorizar somente a arquitetura do ferro e do betão, saída das mentes dos engenheiros, consideradas obras de vanguarda que corporizavam o progresso e que apontaram o caminho à arquitetura do futuro, que se convencionou ser o Movimento Moderno. Este quadro mental tem vindo a ser progressivamente suavizado, e temos hoje uma visão mais abrangente e inclusiva da complexidade daquele período civilizacional.

<sup>5</sup> Expressões utilizadas pela historiadora Regina Anacleto no texto «Romantismo», in *História da Arte em Portugal*, vol. 10, Edições Alfa.

<sup>6</sup> Atente-se nos comentários algo irónicos e depreciativos, referidos na presente informação, com que o Professor José-Augusto França se refere às arquiteturas revivalistas e ecléticas. Vasco Graça Moura, por seu turno, é contundente no seu juízo acerca da arquitetura revivalista: «O século XIX e a sua cadeia de revivalismos, do neo-gótico ao neo-romântico, passam inevitavelmente pelo pesadelo do neo-manuelino e pelo cortejo de horrores sem nome. Nessa crónica de um desastre continuado, o que atenua parcialmente a nossa responsabilidade colectiva é o facto de muito desse revivalismo se dever a profissionais estrangeiros. (...) Regra geral, os revivalismos da arquitectura do século XIX e das suas pretensões ornamentais geraram coisas hediondas. Depois só continuadas, entre nós, por alguns prémios Valmor. O neo-manuelino tornou-se então um dos nossos idiotismos oitocentistas mais relevantes e lamentáveis. (...) Foi assim o neo-manuelino, equívoco desastoso e eclético numa época de desorientação política e cultural, o emblema típico de uma decadência patriótica reavivadora de valores mal assimilados e mal interpretados, organizados por uma gramática e por uma retórica que já nada tinham a ver com o espírito da época que os vira nascer e cuja utilização exacerbada talvez se explique depois pela crise do Ultimato.», in «Os crimes oitocentistas ou os filhos de Mary Shelley», no catálogo da exposição *O neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos Descobrimientos*, Lisboa, 1994, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, edição do IPPAR.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

A arquitetura oitocentista visou, antes de tudo o mais, responder a preceitos políticos, culturais e civilizacionais. Num quadro muito conturbado saído do Congresso de Viena (1815), que procurou resolver as afrontas do Império Napoleónico, muitos países europeus procuraram legitimar e reforçar a sua identidade com o recurso às arquiteturas do passado. Consciente ou inconscientemente, esta procura era também reflexo do incómodo e desconfiança causados pelas desconcertantes construções em ferro e, mais tarde, em betão.

Numa Europa em que muitos países, ao contrário de Portugal, ainda acertavam as suas fronteiras e se constituíam finalmente como estados-nação, entende-se o fervor da procura das origens como estratégia legitimadora. As preferências recaíram no período medieval, de feição românica ou, preferencialmente, de feição gótica. Especialmente em Inglaterra e Alemanha, mas também em França e nos Países Baixos, entre outros.

«A conjuntura foi favorável ao desenvolvimento da noção de Nacionalismo, que entrou em cena de forma impetuosa e arrastou os povos no sentido de concretizarem as suas aspirações políticas e sociais, também através da arquitetura.»<sup>7</sup>

Em Portugal perpassa obviamente este cadinho cultural revivalista que varre toda a Europa, mas a sua localização periférica ao sul, na órbita de Espanha e África, bem como a sua longa e pioneira história de viagens marítimas e conquistas de novas terras vão trazer-lhe, não apenas cores próprias, mas responsabilidades acrescidas<sup>8</sup>.

Se refletirmos sobre a nossa história, facilmente verificamos que a arquitetura manuelina<sup>9</sup> (independentemente do valor e autonomia que lhe queiramos atribuir) não deixa de ser em si mesma um exotismo (um eclétismo e/ou um barroquismo<sup>10</sup>), fruto de um multiculturalismo que só Portugal detinha à época. A esta realidade podemos acrescentar o mudejarismo e o moçarabismo, frutos das nossas relações seculares com os árabes da península. Atente-se, para dar só um exemplo, no Palácio da Vila em Sintra, em que o manuelino e o mudejarismo se entrelaçam como se fossem uma só realidade, uma só cultura.

E que revivalismos surgem em Portugal no século XIX? Desde logo o neomedieval que rapidamente se transfigurou em neomanuelino, considerado como expressão mais adequada da identidade do país<sup>11</sup>. Transversalmente surgem

<sup>7</sup> Regina Anacleto, *Alpiarça: A Casa dos Patudos no contexto revivalista português*, p. 377.

<sup>8</sup> «De qualquer modo, o neomourisco arroga, em Portugal, características próprias, pois fica a meio caminho entre a feição exótica que apresentava na Europa e o nacionalismo espanhol», Regina Anacleto, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa*, vol.1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997, p. 399. «Na arquitetura portuguesa estiveram quase sempre presentes elementos importados da arte muçulmana. Com efeito, estes elementos estiveram presentes entre nós no período medieval, principalmente com D. Manuel. Em Portugal existe muito mais do que uma identidade lexical, com efeito da transformação do mudéjar nascem arcos lobulados e mistilíneos que, combinados com formas flamengas ou, no caso do manuelino renascentista, dão lugar às mais vastas associações e misturas.», Regina Anacleto, «Arquitecturas medievais – Memória e retorno», in *O neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos Descobrimentos*, p. 60.

<sup>9</sup> Expressão que começa precisamente a ser utilizada no segundo quartel do século XIX, por autores como Francisco Adolfo Vernhagen, Almeida Garrett e Luís Mousinho de Albuquerque, entre outros. Manuelino e neomanuelino são, assim, expressões coevas.

<sup>10</sup> De acordo com os conceitos desenvolvidos pelo historiador alemão Heinrich Wölfflin.

<sup>11</sup> O gosto acentuado pela utilização do exotismo, os exemplos concretos vindos de outros países, particularmente da Inglaterra, a ascensão da burguesia com muito dinheiro recém-ganho, bem como a «a intervenção régia, tornaram possível, entre nós, a existência de uma arquitetura que, a fim de se individualizar, acabou por se converter em referencial. O neomanuelino forneceu, em Portugal, os ingredientes necessários; na verdade, o gosto manuelino, com toda a sua efusão ornamental, com todo o avassalante simbolismo dos motivos resultantes da utilização da





Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

outras linguagens que, por facilidade de expressão, podemos designar de neo-árabes / neomouriscas, mas que são frequentemente verdadeiras amálgamas, mais ou menos exóticas, onde tudo, ou quase tudo, tem lugar: o neo-oriental, o neobizantino, o neo-hindu, o neomudejar e mesmo o neogótico / neomanuelino. Atente-se em obras relevantes como o Palácio de Monserrate, o Paço da Pena ou a Praça de Touros do Campo Pequeno.

A estas referências estilísticas outras haverá que somar e que são tendencialmente mais tardias, como a neo-renascentista, a neobarroca, a neo-românica (com grande divulgação no início do século XX) e o academismo *beaux-arts* que é, de alguma forma, um revivalismo classicista<sup>12</sup>.

## 5.2. O revivalismo neo-árabe / neomourisco

Interessa perguntar sobre os critérios de utilização de todas estas linguagens. Pedro Navascués Palacio refere que «É, de facto, uma realidade palpável que classicismo e medievalismo serviram para configurar edifícios de diverso carácter, salvo, obviamente, as exceções que confirmam a regra; e tanto assim é que o neogótico torna-se sinónimo de arquitectura religiosa, o classicismo evoca a arquitectura civil de carácter representativo e o mourisco conduz à arquitectura do ócio e do prazer.»<sup>13</sup> Este “código de conduta” tem de ser relativizado em Portugal, seja pela influência da nossa diáspora histórica, seja porque agora (século XIX), como antes (século XVI)<sup>14</sup> os exemplos vêm frequentemente de cima. Atente-se no papel e influência que D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha teve no nosso país, nomeadamente com a iniciativa de ampliar o convento de Nossa Senhora da Pena, transfigurando-o com a colaboração do barão de Eschwege, no Paço da Pena que é, tão só, o nosso ex-libris do romantismo, e exemplo do maior sincretismo, onde todas as influências revivalistas se misturam<sup>15</sup>.

---

esfera armilar, da heráldica, da cruz da Ordem de Cristo, da estilização da flora portuguesa e indiana, das cordas e dos nós (elementos desde sempre relacionados com a navegação) caracteriza a arte nacional, na medida em que foi capaz de conseguir a fusão de todas estas influências, transformando-as num corpo homogéneo.» Regina Anacleto, *Alpiarça: A Casa das Patudas no contexto revivalista português*, p. 377.

<sup>12</sup> Nem mesmo Raul Lino se furtou a estes “encantos” (do revivalismo) como se pode ver nas suas primeiras obras, nomeadamente nas vulgarmente designadas “casas marroquinas”.

<sup>13</sup> «Fundamentos da arquitectura neomedieval», in *O neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura das Descobertas*, Catálogo da exposição, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1994, p. 34.

<sup>14</sup> «Esta ligação ao Sul Ibérico pode fazer pensar num “revivalismo muçulmano”, com uma prevalência avultada para o caso de Sintra; e isto porque o seu paço [de D. Manuel], “residência de veraneio da corte e a mais mudéjar das construções portuguesas”, foi o local escolhido por D. Manuel para se refugiar depois da morte de D. Isabel, sua mulher, o que ocasionou, cerca de 1507 e protagonizada pelo monarca, uma intervenção no imóvel, expressa, também e sobretudo, no desenvolvimento e aplicação daquele gosto.» in Regina Anacleto, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa*, vol. 1, p. 400.

<sup>15</sup> «No paço da Pena, onde se sente a oposição entre o sentimento e a razão, onde não existe uma dicotomia entre o real e o irreal, nesse castelo teatralizado que se ergue no cimo da serra, encontra-se a primeira aproximação ao nosso passado da época dos mouros e dos descobrimentos, posição que converge perfeitamente com o movimento do pintoresco que se vinha a desenvolver na Europa há quase um século e se concretizou no gosto por arquiteturas nacionais, exóticas e orientais. Foi lá que, pela primeira vez, os propósitos orientalizantes se casaram com os nitidamente nacionais, exprimindo, também desta forma, o carácter ecuménico português.» in Regina Anacleto, *Alpiarça: A Casa das Patudas no contexto revivalista português*, p. 375, disponível online: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/pmartins/Os%20meus%20documentos/Downloads/Dialnet-Alpiarca-4522471.pdf>.

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Assim, o gosto pela arquitetura revivalista, onde se inclui o neomourisco, surgiu em primeiro lugar no âmbito da Corte, mas rapidamente a burguesia também se irá apoderar dessa imagem de exotismo<sup>16</sup>, a qual abrangeu para além de tipologias mais convencionais; igrejas e palácios, também estações ferroviárias, hospitais, jazigos, escolas, sinagogas, prisões, vilas operárias, palacetes, mercados, quintas de recreio e centros de lazer. Tudo isto só foi possível devido à mudança social e de mentalidades, provinda do Liberalismo e da conseqüente ascensão da burguesia (agora classe dominante).

«Mas a experiência de tal gosto não se reduz apenas ao domínio de Sintra [Monserate, Paço da Pena e Quinta do Relógio], sítio de vilegiatura ou de festa: em Lisboa também ele se verificaria, mais tarde embora, seguindo esse desfasamento e tornando mais sensível as diferenças cronológicas que já vimos marcarem-se em relação ao neomanuelino. Os primeiros sintomas lisboetas parecem ter-se definido também ao nível da festa, nível precário, de menor responsabilidade. (...) A partir de decoração festiva evoluiu o orientalismo em Lisboa, onde só mais tarde daria palacetes. Uma famosa decoração interior, como a da Bolsa, no Porto, em 62-80, «pastiche» mudéjar, mantê-la-ia no mesmo plano; de festa foi também o seu maior sintoma em Lisboa, a Praça de Touros de Lisboa (1892), cópia da de Madrid – e ainda de festa seria, já no fim dos anos 10 de Novecentos, o pátio famoso dum clube de recreio da capital. Em toda a cidade, só um palacete se atreveria a tal gosto, em 77: o dum capitalista Ribeiro de Cunha, na praça do Príncipe Real (...).»<sup>17</sup>

Um pouco mais tardio e com influências mouriscas é o palacete de Santa Sofia, que nos encontramos a estudar, projeto da autoria do Arquiteto José Luís Monteiro (1896), na Cruz Quebrada-Dafundo, para o 2.º Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral.

«A gramática neomourisca manifestava-se nos edifícios que se destinavam às mais diversificadas finalidades, mas sempre tendo a preocupação de criar espaços atrativos e feéricos com decorações fantásticas, o que lhes conferia um carácter peculiar. Toda e qualquer arquitetura, para além de limitar um espaço, tem de criar um determinado ambiente, em Portugal a decoração ocupou um lugar deveras importante, já que o efeito desejado transcorria como por cenário, o que explicava o facto de por diversas vezes ambíguas tendências neo-árabes, se situarem essencialmente no domínio decorativo. Os arquitectos buscam o seu lado mais *emblemático*, presente em portas, janelas de arcos em ferradura, cúpulas gomeadas, estritamente decorativas, capitéis de turbante, contrafortes cilíndricos, azulejos e padrões ornamentais geometrizes.»<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 377.

<sup>17</sup> José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966, p. 384-386.

<sup>18</sup> Regina Anacleto, *Arquitetura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*, tese policopiada, vol. I, Coimbra, 1992, p. 683.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

### 5.3. O palacete e jardim.

O historial, levantamento arquitetónico, descrição física externa e interna, valor patrimonial e cultural e urbanístico, do Palacete e Jardim de Santa Sofia, que visam justificar a pertinência da sua eventual classificação, são referidos e documentados nos elementos enviados pelos requerentes. No entanto, importa destacar:



4. Palacete de Santa Sofia (15.12.2016).

O Palacete de Santa Sofia, construção de finais do século XIX (1896)<sup>19</sup>, é um projeto da autoria do Arquiteto José Luís Monteiro (1848-1942)<sup>20</sup>. É um exemplar da arquitetura romântica, com apontamentos de inspiração mourisca, assumindo tiques de "chalet" com vista para a praia, então muito chique, da Cruz-Quebrada, bem ao gosto revivalista da época<sup>21</sup>. O palacete está implantado na encosta da margem esquerda da ribeira do Jamor, num plano elevado face à Rua Sacadura Cabral e à Estrada da Costa, na então designada Quinta da Bela Vista, que pertenceu ao Conselheiro Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, pai de Sofia Dias e Sousa que casou com o 2.º Conde de Tomar - António Bernardo da Costa Cabral. Por morte do sogro, o 2.º Conde de Tomar herdou esta propriedade

<sup>19</sup> O arquivo municipal de Oeiras não dispõe de qualquer processo relativo à construção ou a alterações efetuadas no palacete.

<sup>20</sup> A participação do Arq. José Luís Monteiro neste projeto surge através do convite realizado pelos Condes de Tomar, o qual consistiu na alteração e ampliação de um edifício pré-existente na propriedade da Cruz Quebrada.

<sup>21</sup> O eclétismo, não podia também deixar de ser tido como «cultura arquitetónica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava as suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetónica ao nível da moda e do gosto», [Nota de rodapé, Luciano Patetta, *Considerações sobre o eclétismo na Europa, em Eclétismo na Arquitetura Brasileira*, São Paulo, NOBEL/EDUSP, 1987, p.13], Regina Anacleto, *Arquitetura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*, Tese Policopiada, vol. I, Coimbra, 1992, p. 746.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

(bem como outros imóveis de relevo, dos quais se destaca o Palácio dos Condes de Tomar onde funciona hoje a Hemeroteca de Lisboa).

O palacete resultou de um projeto de adaptação do arquiteto José Luís Monteiro, a partir de um imóvel preexistente, o que o terá impossibilitado de riscar algo com outras características. O arquiteto aplicou o seu conhecimento para redesenhar e reformular o volume preexistente, com todas as estruturas de apoio à residência, absolutamente necessárias ao conforto e bem-estar dos que ali viviam, ao apresentar um novo volume de fachadas equilibradas e harmónicas, a que acrescentou no exterior alguma gramática decorativa de influência (neo)mourisca – os frisos de azulejo junto dos vãos de janelas, diversos elementos em ferro com arcos e rendilhados<sup>22</sup>, varandas gradeadas e pequenas cúpulas bulbosas de cariz neóárabe –, autónoma, sem correspondência com a decoração do espaço interior, mas com uma certa originalidade, que lhe confere um carácter peculiar. O arquiteto «utilizou elementos decorativos vagamente aparentados com aquilo a que se pode chamar um “alhambrismo” fácil e um orientalismo primário, mais visual de que formal, vivendo essencialmente de arcos de ferradura e de cúpulas bulbosas»<sup>23</sup>, mais de moda e eventualmente de gosto do proprietário. Contudo os detalhes em ferro forjado são típicos do trabalho de José Luís Monteiro. O interior “dividido” em três corpos, com diversas divisões, desenvolve-se em torno do grande salão existente no corpo central, no piso térreo com correspondência no primeiro piso.

Na composição dos alçados e no tratamento das fachadas do Palacete de Santa Sofia, José Luís Monteiro fez uso, como frequentemente fazia, duma série de componentes construtivos, em que o dimensionamento dos vãos, o balanço e o remate das coberturas sobre os panos da fachada, o tratamento das cornijas e platibandas, e a seleção dos materiais de construção se destacam (frisos de azulejos, cantarias e ferro), conferindo uma personalidade e uma expressão próprias ao palacete (tal como ao conjunto da sua obra, sobretudo no que se refere à arquitetura doméstica e mais particularmente aos chalets).

Na quinta/jardim, a réplica de parte da cerca do Convento de Cristo em Tomar, mandada construir por ordem do 2.º Conde de Tomar, constituindo-se como parte dos jardins do Palacete de Santa Sofia, maximaliza o valor funcional da casa (palacete) e do jardim/quinta, a qual se implantava de frente para o mar, com o jardim e todas as construções de apoio aí existentes a tardoz espalhadas pelo terreno, formando um todo, assumindo-se até como verdadeiro “passeio público” particular<sup>24</sup>. Os jardins integravam-se harmoniosamente no Vale do Jamor e na paisagem da serra de Carnaxide, chegando a envolver a do Palacete de Santa Sofia a ser louvada pela pena de Almeida Garrett.

<sup>22</sup> Este ecletismo tipológico decorativo que se pode inserir na gramática neomourisca, como é bem evidente, se nos reportarmos às balizas cronológicas europeias, esta maneira de construir já estava completamente fora de questão. Mas em Portugal as modas arrastam-se, permanecem mesmo e quase sempre, para além do razoável.

<sup>23</sup> Regina Anacleto, *Arquitetura Neomedieval Portuguesa*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 436.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p.535.

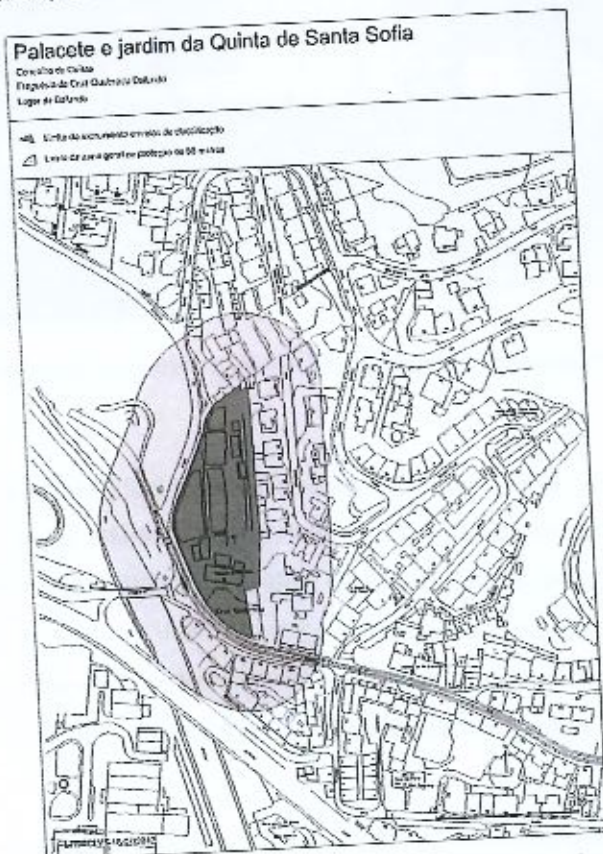
Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



5. Palacete de Santa Sofia, jardim, varanda orientada para o Vale do Jamor, sobre a Estrada da Costa (15.12.2016).



6. Palacete de Santa Sofia, jardim/cerca (05.11.2014).



7. Planta. Localização do Palacete e jardim em vias de classificação (planta de 2012).



8. Fotografia aérea. Palacete e Jardim de Santa Sofia. Fonte: <http://www.bing.com/maps/>.

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

#### 5.4. Partido exterior



9. Fachada principal do palacete de Santa Sofia. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>

O palacete desenvolve-se por dois pisos principais a que se acresce outro em água-furtada, tendo sido implantado num plano elevado face à Rua Sacadura Cabral e à Estrada da Costa (flanqueando a ribeira do Jamor), na então designada Quinta da Bela Vista, voltado para a praia da Cruz-Quebrada. Um conjunto de elementos arquitetónicos de transição interior/exterior assinalam a intenção da relação de olhar sobre o horizonte marítimo, como sejam os vão de janelas orientados para o horizonte e as varandas. Exibe toda a sua monumentalidade dividida por três frentes, duas delas orientadas para o rio, enquanto o alçado posterior, sem grandes gestos de arquitetura, se articula com o jardim/quinta.

A entrada principal, à cota da Rua Sacadura Cabral, é feita através de um portão de grandes dimensões rasgado no muro que envolve toda a propriedade. O edifício desenvolve-se em piso térreo, piso nobre e sótão, e tem uma área de construção de 900m<sup>2</sup> distribuída pelos três pisos. A ligação ao jardim/quinta, com cerca de sete mil m<sup>2</sup>, faz-se através do alçado posterior<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



10. Muro e portão de entrada em ferro com motivos decorativos idênticos à guarda do muro da propriedade (5.11.2014).



11. Muro e portão de entrada. O portão original em ferro foi substituído por um "vulgar" portão em chapa de ferro (15.12.2016).

O palacete apresenta cobertura de telhado com três águas, e duas trapeiras no corpo à esquerda, duas águas e seis trapeiras no corpo central e três águas no corpo à direita perfurado por claraboia.

O alçado principal, virado a sul, à Rua Sacadura Cabral, absolutamente simétrico, apresenta ao centro um corpo com alpendre e varanda, em que se destacam as decorações em ferro. No corpo central da fachada principal o piso térreo é rasgado por três janelas de sacada que dão acesso à galeria criada pelas colunas de suporte da varanda **(Ver fotos 9, 12-13)**. A dividir os dois pisos deste volume está um balcão (varanda) assente em seis mísulas de cantaria, e suportado por quatro colunas de fuste cilíndrico sobre plinto. A varanda é protegida por uma guarda (balaustrada) em ferro, dividida em cinco secções por quatro acrotérios. No primeiro piso três janelas de sacada dão acesso à varanda, sendo os vãos marcados por uma morfologia e organização de vãos análogos em todos os alçados frontais e laterais do palacete **(Ver fotos 12-13)**.

Registam-se também diversos elementos em ferro de estilização mourisca, formando uma cobertura com três arcos (destaca-se por entre os motivos de cariz vegetalista, que compõem a decoração dos arcos, o monograma "CT" – Conde de Tomar – presente nas "mísulas de suporte").



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



12. Corpo central da fachada principal (05.11.2014).



13. Vista da varanda, piso térreo e colunas (05.11.2014).

Cada "corpo lateral" é rematado com quatro "cúpulas esféricas" nos cunhais, encimando pequenos pináculos de seção quadrangular, que rompem a cornija que percorre o volume. Os pisos encontram-se separados entre si por um pequeno friso, revestidos por reboco pintado. Nos corpos laterais, o palacete é rasgado por vãos retangulares com emolduramento de cantaria, a ritmo regular, no piso superior por três janelas, duas de peitoril e uma central de sacada que permite aceder à pequena varanda com guarda em ferro. No piso térreo encontramos duas janelas semelhantes às anteriormente citadas<sup>26</sup>, e ao centro uma das portas de acesso ao palacete (esta disposição é simétrica em ambos os corpos laterais) (Ver foto 9).



14. Pormenor da guarda da varanda. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



15. Vista para sul a partir da varanda. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>

<sup>26</sup> Estas janelas eram protegidas por portadas de madeira, exteriores, tendo sido retiradas aquando das recentes obras de conservação do imóvel, conforme fotografias registadas no passado dia 15.12.2016 (ver fotos 16 e 17).





Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



16-17. Fachada poente. As janelas eram protegidas por portadas de madeira (05.11.2014), exteriores, tendo sido retiradas aquando das recentes obras de conservação do imóvel, conforme fotografias registadas no passado dia 15.12.2016.

A fachada lateral a poente é rasgada por quatro vãos de janela no piso térreo e no primeiro piso. No piso superior observam-se, ao centro, duas janelas de sacada encimadas por frisos de azulejo de padrão de cariz vegetalista, as quais permitem aceder à varanda em cantaria e guarda de ferro, suportada por mísulas. Registam-se também diversos elementos em ferro de estilização mourisca, os quais formam uma cobertura com dois arcos (destaca-se por entre os motivos de cariz vegetalista que compõem a decoração dos arcos, o monograma "CT" – Conde de Tomar – presente nas "mísulas de suporte", presente nos trabalhos em ferro, sobre a varanda do lado poente e do lado sul) (Ver fotos 18, 21 a 23).



18. Varanda com duas janelas de sacada, encimadas por frisos de azulejo de padrão de cariz vegetalista (15.12.2016).



19. Pormenor da grade de proteção e da cobertura em ferro forjado sobre as janelas de sacada do corpo lateral (15.12.2016).



20. "Cúpulas esféricas" que rematam em agulha, encimando pináculos de seção quadrangular (15.12.2016).



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



21. Pormenor. Monograma "CT" – Conde de Tomar – presente nos elementos decorativos em ferro sobre as janelas (15.12.2016).



22. Pormenor. Monograma "CT" – Conde de Tomar – presente nos elementos decorativos em ferro sobre as janelas (05.11.2014).



23. Vista parcial do trabalho dos elementos decorativos em ferro na varanda (05.11.2014).



24. Vista parcial do trabalho dos elementos decorativos em ferro na varanda (05.11.2014).



25. Pormenor do rendilhado dos motivos decorativos neomouriscos (15.12.2016).



26. Pormenor dos motivos decorativos da platibanda (15.12.2016).



27. Registo de azulejos padronizados sobre a verga das janelas do primeiro piso do corpo central (05.11.2014).



28. Pormenor do rendilhado em ferro com a representação duma coroa (05.11.2014).

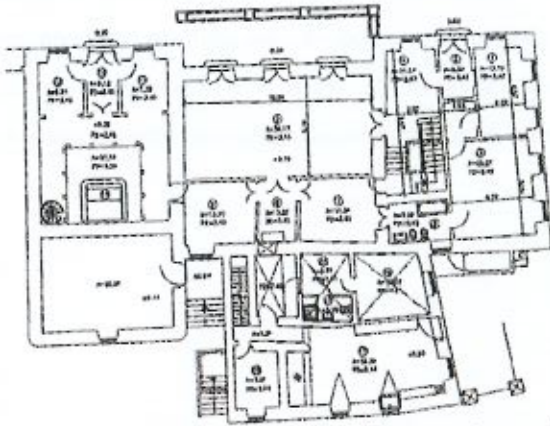


29. Estado de conservação dos azulejos e da guarda da varanda no corpo lateral direito antes das obras de conservação (05.11.2014).

O alçado posterior, voltado para o jardim / quinta, não apresenta uma fachada simétrica. Os vãos mantêm as cantarias como na fachada principal, e a platibanda que corre toda a fachada tem o mesmo motivo decorativo em forma de cruz vazada. Destaca-se ao centro um volume ligeiramente trapezoidal onde se situam as cozinhas e outras divisões de pequena dimensão. A análise das plantas fornecidas pelo representante dos proprietários reforçam a tese de que o arquiteto José Luís Monteiro procedeu à ampliação de um edifício já existente (eventualmente, o corpo onde hoje se situam as cozinhas e outras divisões), ao qual adoçou todo o novo volume voltado a sul (Ver fotos 30 a 33).



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



30. Planta do piso térreo, cedida pelo representante dos proprietários.



31. Vista parcial da fachada posterior antes das obras de recuperação (05.11.2014).



32. Vista parcial da fachada posterior. Fonte:  
<http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



33. Vista parcial do corpo adossado à fachada posterior antes das obras de recuperação (05.11.2014).



34. Acesso ao jardim / quinta. Fonte:  
<http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



35. Vista parcial da fachada posterior, a partir da cerca. Fonte:  
<http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

A cerca e os jardins, com o seu traçado replicando parte da cerca do Convento de Cristo em Tomar, maximaliza o valor funcional da casa, constituindo-se o jardim e todas as construções de apoio ao seu usufruto (alameda, casa de fresco, tanque de irrigação) como uma alternativa (fresca) ao calor do verão e à proximidade do mar. O jardim/quinta, estando numa cota superior à Estrada da Costa, prolonga-se visualmente pelo Vale do Jamor e pela paisagem da Serra de Carnaxide (Ver foto 36).



36. Palacete e Jardim. Fonte: [www.google.com](http://www.google.com)



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Os jardins integravam diversas zonas de estar, de recreio e agrícolas de produção com os tradicionais laranjais e zona hortícola, poço/nora.

Uma grande ala "coberta" por trepadeira, com bancos – conversadeiras - percorre toda a área da cerca à direita do jardim, passando por detrás do tanque (Ver fotos 37, 43, 44 e 48) ao encontro de uma casa de fresco com fonte, ornada por um tritão (bica da fonte), com revestimento de conchas e seixos. A bacia da fonte em cantaria é revestida no seu interior por um registo de azulejos, brancos com friso azul (Ver fotos 38 e 39).



37. Área coberta por latada e trepadeiras, de forma a proteger do calor quem passeava no Jardim, destacando-se também a presença de inúmeros bancos de pedra que permitiam utilizar esta área para descanso (05.11.2014).



38. Casa de fresco (05.11.2014).



39. Bacia da fonte em cantaria revestida no seu interior por um alizar de azulejos brancos com friso azul (05.11.2014).



40. Vista para a latada coberta, a partir do jardim (05.11.2014).



41. Fonte e escadaria de acesso à casa de fresco (05.11.2014).



42. Alameda central ladeada por cercadura de buxos (05.11.2014).



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Ao centro do jardim, axialmente à casa, parte uma grande “alameda”, ladeada por buxos e pequenas árvores, que percorre todo o jardim, atravessando as várias áreas verdes aí existentes (Ver fotos 42, 45 e 50). As diversas áreas cobertas e de fresco existentes no jardim permitem disfrutar do clima, atendendo às áreas de sombra, para passeio e refresco, latada, tanque e casa de fresco com fonte (Ver fotos 37 a 50).



43. Área coberta por latada e trepadeiras, junto ao tanque de irrigação (05.11.2014).



44. Bancos de pedra que permitiam utilizar esta área como descanso (05.11.2014).



45. Alameda central do jardim (05.11.2014).



46. Vista do jardim para o tanque de irrigação e latada (05.11.2014).



47. Tanque de irrigação (05.11.2014).



48. Vista do tanque de irrigação para rega e refresco existente na quinta (05.11.2014).



49. Vista do tanque de irrigação para rega e refresco existente na quinta. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



50. Vista da zona da nora / poço (05.11.2014).



51. Zona hortícola (05.11.2014).



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



52. Vista parcial do jardim / quinta. Fonte:  
<http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



53. Vista parcial do jardim / quinta. Fonte:  
<http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



54. Varandim e bancos que permitem descansar e disfrutar da vista para o Vale do Jamor (05.11.2014).



55. Pomar (05.11.2014).

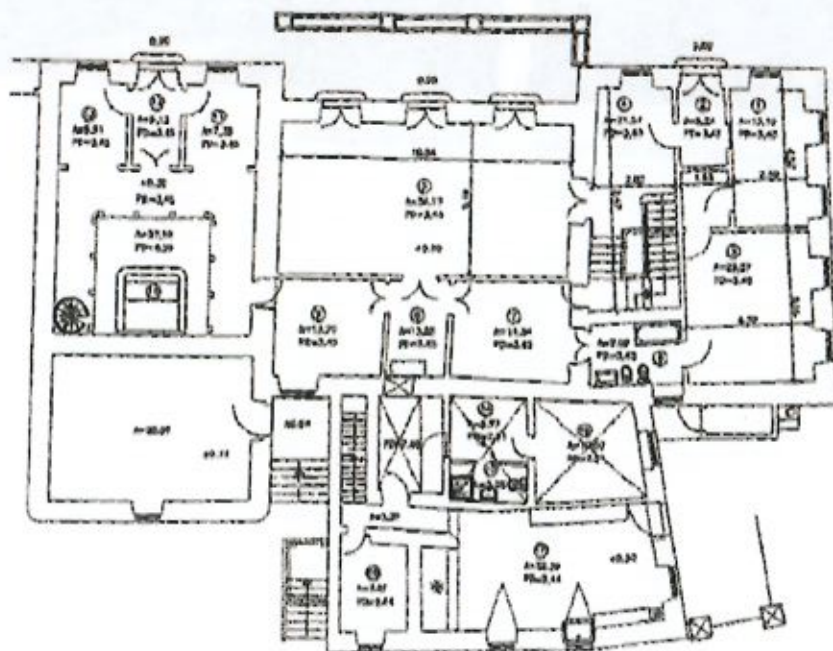
Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

#### 5.4. Partido interior e decorativo

O Palacete de Santa Sofia, como referido, volta-se para o horizonte/rio, e esta relação é reforçada através de um conjunto de elementos arquitetónicos de transição interior/exterior. A organização do seu espaço interior reflete também o objetivo de abrir a casa sobre a paisagem a sul, marítima, pois, partindo do grande salão (no piso térreo e primeiro piso) todos os compartimentos se voltam para o perímetro exterior, abrindo-se sobre espaços de transição que unem os três corpos frontais da casa.

Esta experiência de ligação interior/exterior em nada vai perturbar a necessidade da casa incorporar as “modernas” exigências de conforto, com introdução de quartos-de-banho equipados, cozinha e canalização, que permitiam à época um maior conforto de utilização.

Relativamente ao seu espaço interior, sem grande aparato ou fausto decorativo, destacam-se no piso térreo, como principais espaços de aparato, de distribuição e circulação interna, o vestíbulo, a escadaria, os salões e a capela. O vestíbulo dá acesso à escadaria que conduz ao piso nobre. Este primeiro piso encontra-se dividido por diversas salas, intercomunicantes, que ladeiam o corpo das escadas. Registam-se compartimentos distribuídos ao longo dos alçados poente e posterior. O acesso à capela é feito, atualmente, por um corredor criado a partir da divisão do amplo salão que, segundo as plantas fornecidas (Ver foto 56), tinha uma planta quadrangular e uma área muito superior à atual. Esta divisão, com duas novas salas quartos-de-banho, terá resultado da necessidade de atualização funcional dos espaços.



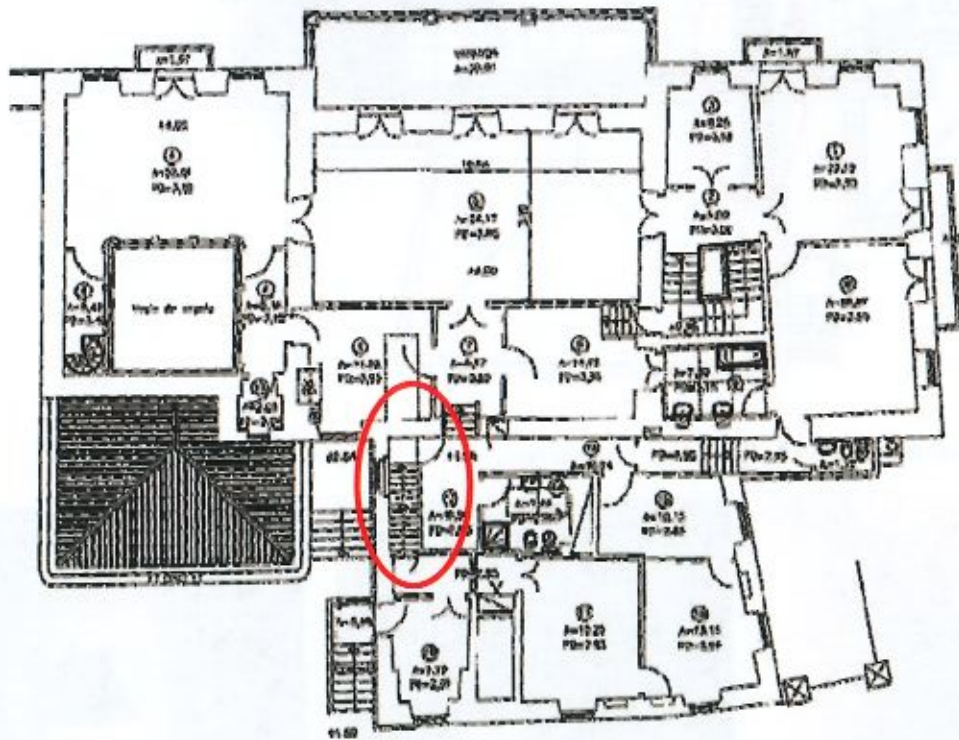
56. Planta do piso térreo. Fonte: CBRE – Richard Ellis, enviada por Pedro Vaz Pinto.





Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

O andar nobre desenvolve-se numa série de salas, apresentando novamente um grande salão no corpo central, que foi em tempos dividido por uma parede de tabique. O acesso à grande varanda existente na fachada principal é feito através dos três vãos existentes neste salão. O corpo lateral a poente, junto das escadas, está organizado em três divisões, tendo as duas maiores acesso à varanda poente. Em termos organizativos, a parte social da casa encontra-se centralizada no grande salão central, e a parte privada no corpo poente.



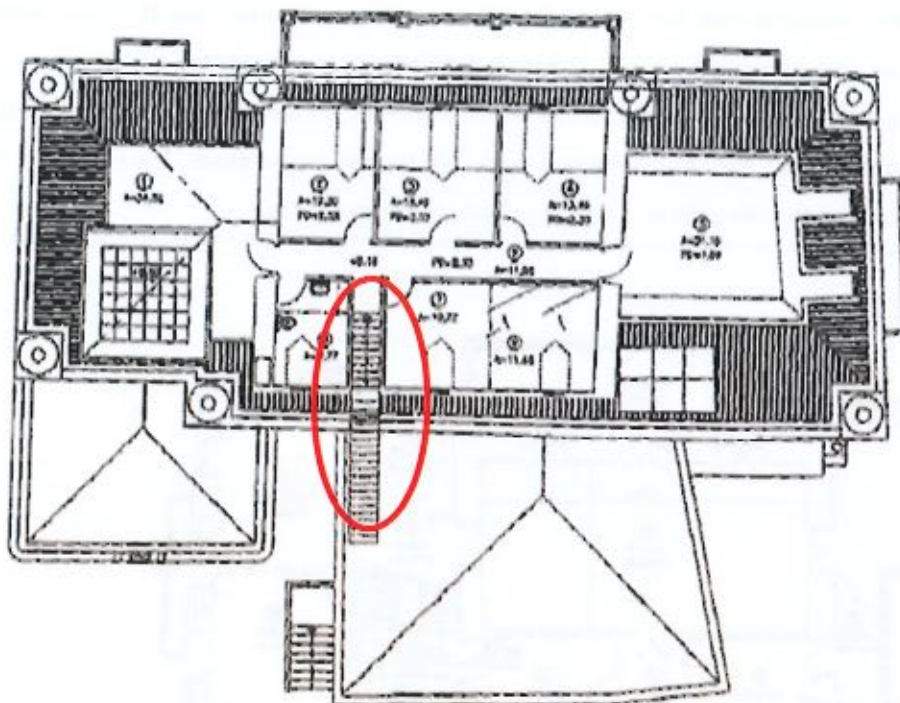
57. Planta do primeiro piso. Fonte: CBRE – Richard Ellis, enviada por Pedro Vaz Pinto.

O acesso ao sótão faz-se por uma escada bastante íngreme que se situa no corpo norte ([Ver foto 57](#)). Dividido em seis pequenas divisões para os serviços, a entrada de luz natural faz-se através das seis trapeiras existentes na cobertura.

*Pm*



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



58. Planta do sótão. Fonte: CBRE – Richard Ellis, enviada por Pedro Vaz Pinto.



59. Escada de acesso ao sótão (05.11.2014).



60. Interior de uma das divisões do sótão, com acesso ao vão de janela (05.11.2014).



61. Interior de uma das divisões do sótão, com acesso ao vão de janela (05.11.2014).



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



62. Corredor central de acesso às divisões do sótão e à claraboia (05.11.2014).



63. Corredor central de acesso às divisões do sótão (05.11.2014).



64. Claraboia (05.11.2014).



65. Vestíbulo, e escadaria de acesso ao primeiro piso. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



66. Vista parcial da escadaria de acesso ao primeiro piso. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



67. Capela privativa, altar e pequeno retábulo em madeira. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



68. Salão. Fonte: <http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



69. Salão do primeiro piso (05.11.2014).



70. Salão do primeiro piso (05.11.2014).



71. Clarabola (05.11.2014).



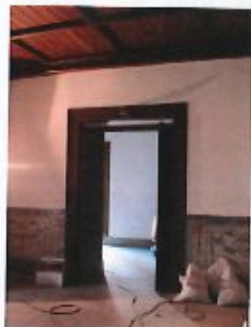
72. Salão do primeiro piso. A decoração interior não faz uso dos motivos decorativos mouriscos utilizados no exterior do imóvel (05.11.2014).



73. Tecto do salão do primeiro piso (05.11.2014).



74. Lambrim de azulejos do salão do primeiro piso (05.11.2014).



75. Vista parcial do salão (05.11.2014).



76. Vista parcial de uma das salas após restauro.  
Fonte:  
<http://www.luxvillae.com/europe/portugal/350-698-pt-charming-palace-close-to-the-river-for-sale-in-oeiras-portugal.html>



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



77. Teto com apontamentos em estuque (florão central e moldura) (05.11.2014).



78. Detalhe do florão central em estuque (05.11.2014).



79. Silhar de azulejos do final do século XVIII/início do século XIX (?) (05.11.2014).

Os pormenores decorativos interiores não assumem uma qualidade assinalável, se comparados com os elementos em ferro, de inspiração mourisca, que se encontram no exterior do imóvel, sobre as varandas da fachada principal e lateral poente, não existindo desta forma uma filosofia decorativa interior com as mesmas características temáticas utilizadas no exterior. Destacamos o lambrim de azulejos do final do século XVIII/início do século XIX (?) – provavelmente provenientes de uma outra propriedade do Conde de Tomar? - (Ver fotos 72, 74 e 79), cujo silhar é de oito azulejos de alto, em todo o redor, com painéis de tipo «grinaldas», com cercadura em azul-cobalto esponjado (“embasamento”) a emoldurar uma “balaustrada”, com balaústres pintados a amarelo-ouro, que cria uma envolvente decorativa e desenhada com uma certa tridimensionalidade destinada a receber a composição central dos painéis. O tema da composição central é uma jarra, branca e amarelo-ouro, segura por uma roseira, e outra trepadeira, da qual saem flores.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Outro pormenor decorativo com interesse é a aplicação de um forro de madeira a meia parede (Ver foto 76) presente num salão do primeiro piso. O trabalho de madeira da capela privativa (altar), bem como a balaustrada da escadaria de acesso ao primeiro piso, e o teto de uma das salas no primeiro piso, completam o conjunto de elementos decorativos a destacar. Os estuques e outros apontamentos decorativos presentes nos tetos apresentam formas simples e discretas no seu desenho (Ver fotos 65 a 78). Não existem paramentos pintados com decoração a assinalar.

O último piso corresponde ao sótão do palacete e destinava-se aos aposentos dos serviços, apresentando por isso características menos nobres, sem qualquer motivo decorativo de destaque, bem como pés direitos baixos, esconsos, assim como acabamentos simples (Ver fotos 59 a 64).

#### 5.5. Breve apontamento histórico

Foi o 2.º Conde de Tomar quem mandou construir o atual Palacete de Santa Sofia, em finais do século XIX (1896), um projeto da autoria do Arquiteto José Luís Monteiro (1848-1942). Enquanto aguardava a sua construção, instalou-se numa casa da Calçada do Salão, hoje Calçada Conde de Tomar, na Cruz Quebrada. Na época, a Cruz Quebrada era um local de vilegiatura famoso, onde famílias fidalgas e da nobreza, bem como burgueses endinheirados iam "a banhos". O Conde de Tomar tinha também casas que arrendava aos banhistas (entre os quais, Pinheiro Chagas), designadamente na Rua Fresca. Essa rua, hoje desaparecida, bordejava o Jamor e havia várias casas de veraneio onde hoje se situa a "raquete" do antigo terminal do elétrico.

Por ordem do 2.º Conde de Tomar foi mandada construir a réplica de parte da cerca do Convento de Cristo em Tomar, que ainda hoje existe nos jardins do Palacete de Santa Sofia. A referida cerca evoca assim a ligação histórica da sua família à cerca do Convento de Tomar.

O imóvel teve em tempos as fachadas pintadas com bandas transversais<sup>27</sup>, como se pode verificar no postal (s.d.) que retrata a "Tendinha" dos petiscos junto à velha ponte da Cruz-Quebrada na ligação entre Lisboa e Cascais pela antiga Estrada Real (Ver foto 80).

<sup>27</sup> A pintura dos paramentos exteriores com barras transversais era relativamente comum nos finais do século XIX. A Quinta do Relógio (séc. XIX), em São Martinho, Sintra, do antigo traficante de escravos, Manuel Pinto da Fonseca, cognominado de «Monte Cristo», apresenta a fachada pintada de bandas transversais.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO  
CULTURAL**  
Direção-Geral do Património Cultural

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



80. Postal (s.d.). «A "Tendinha" junto à velha ponte da Cruz-Quebrada constituía uma autêntica "área de serviço" na ligação entre Lisboa e Cascais pela antiga estrada real e nacional. Vinhos e petiscos constituíam um irresistível atractivo para quem quisesse parar por um pouco de uma viagem que se contava por algumas horas. A Tendinha desapareceu aquando da construção da "raquete" da linha de eléctrico, mas ao cimo ainda se mantém o Palacete de Santa Sofia, da família Costa Macedo.» Fonte: [http://quartarepublica.blogspot.pt/2006/03/postais-esquecidos\\_26.html](http://quartarepublica.blogspot.pt/2006/03/postais-esquecidos_26.html)



81. Imagem atual registada sensivelmente no mesmo local da **foto 80** (15.12.2016).

Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



82. Foto da Fábrica Lusalite (s.d.). Ao fundo identifica-se o Palacete de Santa Sofia. Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/07/lusalite.html>. Link para a foto <http://lh4.ggpht.com/ZGppR9agpX0/U89oHFioSeI/AAAAAABRnc/H90afmGfxBo/s1600-h/Lusalite.28.jpg>.



83. Cerca/Jardim (2.) do Palacete (1.) de Santa Sofia. Fonte: <http://www.bing.com/maps/>





Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações



84. Cerca/Jardim do Convento de Cristo em Tomar. Fonte: <http://maps.google.pt/maps?>

O Palacete de Santa Sofia passou depois para a família Costa Macedo, por casamento de duas filhas do 2.º Conde de Tomar, primeiro da sua filha Maria Dias e Sousa da Costa Cabral com António Maria da Costa Macedo, em 1898, e, na sequência da morte desta, por casamento deste com a irmã gémea da sua anterior esposa, Luísa Dias e Sousa da Costa Cabral, em 1919.

Do primeiro casamento de António da Costa Macedo nasceram 7 filhos<sup>28</sup>, que deram origem aos atuais proprietários do palacete, já que do segundo casamento não houve descendência.

Quanto aos terrenos da Quinta de Santa Sofia, uma parte importante foi loteada nos anos 70, para construção de prédios e moradias nas três ruas envolventes (Bento de Jesus Caraça, Sociedade Cruz Quebradense e Calçada do Conde de Tomar). Dos terrenos originais ficou cerca de 1 hectare, onde se situa o palacete, uma construção mais antiga e os jardins com árvores centenárias, onde se encontra a réplica da cerca do Convento de Cristo.

<sup>28</sup> Duas das filhas de António da Costa Macedo doaram importante documentação do 2.º Conde de Tomar e do Conselheiro Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa à Torre do Tombo, onde pode ser consultada.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

## 6. O Arquiteto Arq. José Luís Monteiro

A biografia do arquiteto (mestre) José Luís Monteiro está relativamente bem documentada<sup>29</sup>. Nasceu em Lisboa, em 25 de Outubro de 1848, e aí faleceu a 27 de janeiro de 1942. Considerado como um dos mais importantes arquitetos portugueses do final do século XIX, formou-se em Lisboa e, como bolseiro em Paris, obteve o diploma da *École Nationale et Spéciale des Beaux Arts de Paris*, o mais prestigiado diploma da época. Assim, em 1879 tornou-se o primeiro arquiteto português a obter, em França, o título D.P.L.G. (*Diplômé Par Le Gouvernement*). Depois de sete anos em Paris estagiou mais dois em Roma, onde se dedicou a reconstruções arqueológicas. Ingressou na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa com a idade de 12 anos.

De regresso a Portugal, em 1880, foi eleito Académico de Mérito e assumiu funções de chefe dos serviços de Arquitetura da Câmara Municipal de Lisboa. Em 1881, por decreto de 23 de junho, foi nomeado para reger a 3.ª cadeira (1.ª parte) do Curso Geral de Desenho da Escola de Belas-Artes de Lisboa – desenho arquitetónico –, em substituição de José António Gaspar (1842-1909)<sup>30</sup>, escola de que foi diretor entre 1912 e 1929. Transferiu para o ensino ali praticado a sua influência francesa, através do seu exercício académico, transformando radicalmente as conceções técnicas e pedagógicas então vigentes em Portugal. A sua obra é marcada pelo ecletismo próprio da sua época.

Enquanto arquiteto, José Luís Monteiro percorre uma carreira igualmente brilhante, essencialmente caracterizável pela introdução tecnológica do ferro na prática arquitetónico-construtiva portuguesa (influência francesa), sobretudo na área dos serviços públicos e da arquitetura doméstica, pautando-se por uma inegável qualidade estrutural e estética num desempenho profissional evidentemente inovador, mesclado com uma notável formação interdisciplinar de engenharia e conceção gráfica.

Na sua atividade privada, José Luís Monteiro contribuiu igualmente para uma maior dignificação sócio-corporativa da classe profissional dos arquitetos portugueses. Participou na fundação pioneira da Sociedade dos Arquitetos Portugueses em 1903. O seu trabalho permite-nos, atualmente, não só um entendimento mais profundo da cultura e do gosto característicos da época, mas, também, o reconhecimento de valores que se prendem com exigências de qualidade e de inovação na sua prática profissional.

Foi mestre de três gerações profícuas de arquitetos portugueses, quer do ecletismo representado por Álvaro Machado, Manuel J. Norte Júnior, Tertuliano Lacerda Marques e Leonel Gaia, quer de modernistas, como Carlos

<sup>29</sup> Vd. Sousa Viterbo – *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, vol. III, 1904, pp. 381-388; Porfírio Pardal Monteiro – “José Luís Monteiro” In *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. Lisboa, 1932 -1947, N.º XI (1942), pp. 5-14; José Manuel Pedreirinho – *Dicionário dos Architectos Activos em Portugal desde l. d.C. até à actualidade*. 1994, pp. 167-168; Fátima Cordeiro G. Ferrelra, Coord. – *José Luís Monteiro. Arquitecto na transição do século*. 1990; Fátima Ferreira, co-aut; Inês Morais Viegas, Ed. – *José Luís Monteiro: marcos de um percurso*, 1998; Luiz Trigueiros, Ed. – José Luiz Monteiro, 2004; Regina Anacleto – *Arquitetura Neomedieval Portuguesa*, vol. I, 1997, pp. 28-30.

<sup>30</sup> Cf. João Alves Cunha – “Mestre Monteiro”, in *Luiz Trigueiros*, Ed. – op. cit., p. 15.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Ramos, Cottinelli Telmo, Jorge Segurado, Porfírio Pardal Monteiro, Cassiano Branco, Cristino da Silva e Raúl Lino, entre tantos outros.

Foi a sua atividade pedagógica, enquanto docente nas Belas-Artes, que fez dele, mais do que qualquer outra atividade concreta que tenha desempenhado, nome importante, senão indispensável, numa leitura crítica da história da arquitetura portuguesa do final do século XIX, início do XX.

«Trata-se de um arquitecto cujas obras não fizeram escola, antes se enquadram numa época bem delimitada no tempo, mas a acção que desenvolveu enquanto docente da academia de Belas-Artes de Lisboa deixou marcas de um profundo reconhecimento (...).

No conjunto, a sua obra resulta pouco homogénea, agregando diferentes modelos, diferentes experiências estilísticas e diferentes sistemas de construção, mas facilmente se verifica a existência de preocupações formais e funcionais que sempre se mantiveram subjacentes à criação de cada uma das suas obras, e que unem, num fio condutor, um evoluir próprio na concepção e na realização dos seus projectos.<sup>31</sup>»

Da sua obra são de assinalar os *chalets* construídos na zona marginal, entre o Dafundo e Cascais, entre os quais se encontram o projeto do Palacete de Santa Sofia (1896), o Chalet Faial, em Cascais (1896), o Chalet Biester, em Sintra (1880), o Real Ginásio Club Português (1883), a Estação Central do Caminho-de-ferro de Lisboa, no Rossio (1886), o Hotel Avenida Palace (1890-1892) e a Sociedade de Geografia, em Lisboa (1897).

Faleceu a 27 de janeiro de 1942, depois de uma longa vida dedicada ao ensino da Arquitetura enquanto Mestre e à Arquitetura enquanto profissional liberal.

## 7. PARECER

As arquiteturas revivalistas de feição árabe/mourisca/oriental, etc., são, em nosso entender, fundamentais para a compreensão do nosso devir histórico, pela cumplicidade com a Expansão Marítima e com os fenómenos seiscentistas do manuelino e do mudejarismo, para além do próprio entendimento da sociedade do século XIX, nomeadamente no que respeita aos seus gostos, expectativas e perceção da história e do lugar de Portugal no mundo.

A arquitetura neo-árabe/neomourisca tem sido conotada com o gosto pelo exótico, pelo lazer e ócio, resultado do maior conhecimento que as sociedades de então passaram a deter (direta ou indiretamente) das regiões mais ou menos distantes, num processo iniciado com a expansão e diáspora portuguesas e que se acentuou com os avanços técnicos facultados pela Revolução Industrial. Nesta perspetiva, o gosto por viajar e conhecer alargou-se progressivamente a um número cada vez maior de pessoas, realidade que desde então aumentou

<sup>31</sup> Fátima Cordelro G. Ferreira (Coord.), José Luiz Monteiro, *Na Arquitectura da Transição do Século, Monografia*, IPPC, CML, Lisboa, 1990, p.11.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

exponencialmente e é hoje um dos traços mais relevantes do mundo contemporâneo. Em consequência, as arquiteturas neo-árabes/neomouriscas/neo-orientais, são aquelas que hoje, dentro do largo espectro oitocentista, porventura e paradoxalmente, mais surpreendem e fascinam, precisamente pelo multiculturalismo e sentido de evasão que transmitem, para além do natural apelo dos múltiplos recursos formais, decorativos, cromáticos e feéricos utilizados e pelos enquadramentos naturais que hoje ainda lhes permitimos.

A arquitetura de finais do século XIX e início do século XX foi até há poucas décadas preterida pela elite de historiadores e críticos de arquitetura, como, aliás, a generalidade da arquitetura (que não das obras de engenharia) do século XIX<sup>32</sup>. Só sensivelmente a partir dos anos 80 do século XX<sup>33</sup> se começou a olhar para essa produção de uma forma integrada nos valores da sua época, e sem a prevalência do valor da modernidade que tendia a (sobre) valorizar os novos materiais (o ferro e, especialmente, o betão armado) e as linguagens associadas (a arte nova, no primeiro material, e o modernismo, no segundo).

Progressivamente, mercê dos estudos, teses, publicações e eventos que entretanto se têm vindo a realizar com uma cadência crescente<sup>34</sup>, bem como do sentimento de perda continuada de muitas das obras desse período, a sociedade tem vindo a reconhecer a sua importância, quer pelo seu valor arquitetónico intrínseco, quer como parte de uma história urbana de que interessa preservar os seus exemplares mais significativos.

Na exposição que fazemos procurámos demonstrar que o valor cultural deste imóvel deriva, em primeira instância, da sua importância em termos arquitetónicos, decorativos, de implantação e consequente relação com o local, como uma peça exemplar de uma determinada época e de uma determinada tipologia (no contexto das obras de influência neo-mouriscas. Esta revela-se, antes de tudo o mais, pelos apontamentos decorativos em ferro na sua fachada principal e lateral, e nas pequenas cúpulas de remate dos cunhais.

Relembramos que de entre os "critérios genéricos de apreciação" de um bem material, para aferir o seu valor cultural e da sua eventual classificação<sup>35</sup>, o estado de conservação é tido em conta, precisamente para impedir a sua perda ou perenidade<sup>36</sup>, no caso em estudo uma superior razão para a sua classificação.

<sup>32</sup> «A época em que as iniciativas beneméritas do Visconde de Valmor foram lançadas, era em Portugal, de grande decadência artística, resultante, sobretudo, da ignorância e da insensibilidade das diversas classes, tanto populares como pseudo-ilustradas», *O Prémio Valmor e a evolução da arquitectura*, Paulino Montez, in *Belas-Artes*, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1982 a 1984, 3.ª Série, números 4 a 6.

<sup>33</sup> A dissertação de mestrado de Raquel Henriques da Silva, em 1986, intitulada *As Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930*, e a consequente exposição (e respetivo catálogo) realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1989, intitulada *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*, tiveram o condão de colocar estas arquiteturas de início de século, no "mapa de estudo" da arquitetura portuguesa.

<sup>34</sup> O exemplo mais recente é a "Comemoração dos 135 anos do nascimento do arquiteto Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962)". Atente-se no facto da efeméride – 135 anos – ser em si mesmo algo inédita (ou mesmo insólita), o que revela, porventura, a urgência na "reabilitação" do autor, logo o resgate da sua obra ameaçada.

<sup>35</sup> Artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

<sup>36</sup> Alínea j) do artigo 17.º (Critérios genéricos de apreciação) que refere: «As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.»



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

Analisados os elementos que se encontram a instruir a proposta de classificação, encontramos-nos em posse de um conjunto de informações que nos dão uma visão e referência do valor patrimonial do imóvel à escala nacional.

Assim, considerando que:

- a) O Palacete e Jardim de Santa Sofia, construção de finais do século XIX (1896), é uma peça erudita erigida de acordo com o imaginário da alta burguesia da época;
- b) O seu interesse arquitetónico e artístico, fundamenta-se no projeto do arquiteto José Luís Monteiro (1848-1942). O arquiteto funde neste imóvel o modelo ocidental de feição eclética, decoração de salas e quartos, com o ambiente decorativo exterior com apontamentos de feição oriental. Apesar de fazer uso de uma característica comum na arquitetura urbana oitocentista, onde a aparência (exterior) era habitualmente privilegiada face à vivência (interna);
- c) O valor artístico do edifício excede desta forma a dimensão patrimonial do local onde se encontra inserido (Cruz-Quebrada/Dafundo);
- d) A singularidade do Palacete e Jardim de Santa Sofia, o qual constitui um exemplar quase único dentro da sua tipologia no âmbito da designada Arquitetura de "Veraneio" do século XIX em Portugal, revela-se no projeto de exteriores coerente, bem integrado no local, e de acordo com as expectativas culturais do imaginário burguês de então, conservando, praticamente sem alterações, a estrutura, o espaço e o programa decorativo inicial;
- e) Constituindo memória da fixação humana, e das suas atividades habitacionais/sociais, num espaço e num período considerado. Desde meados do século XIX, por toda a Europa e também Portugal, os circuitos de lazer das classes aristocrático-burguesas começaram a valorizar o veraneio à beira-mar. Neste facto coincidem razões de saúde e um gosto de contemplação da paisagem marítima. No caso do concelho de Oeiras, podemos somar mais dois fatores: a abertura na última década do século XIX da linha férrea que ligou Lisboa a Cascais; e a consequente (re)aproximação com a capital, renovando o interesse e as expectativas já anteriormente demonstradas por alguns capitalistas pela zona dos "Estoris" e de Oeiras, e a permanência sazonal da Corte na Cidadela de Cascais, desde D. Luís, no início dos anos setenta;

**Importa ainda informar de que:**

- f) Segundo informação disponibilizada pelos serviços da CMO, em 24.03.2010, deu entrada em 2008, na referida autarquia, um pedido de informação prévia (requerimento n.º 8371/2008) que pretendia a recuperação do palacete, mantendo o uso habitacional, e a construção de moradias unifamiliares, numa banda ao longo do terreno (o referido terreno será parte da cerca/jardim que envolve o palacete). Informando, ainda, que depois de efetuadas as correções impostas pela apreciação técnica dos serviços



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

camarários, e salvaguardando a recuperação do imóvel, como condicionante à futura intervenção, foi proposta a aprovação do referido pedido (Pr.º 122/2008 CMO);

De acordo com o email de 6 de julho de 2012 da CMO (no processo de classificação) o **pedido de informação prévia**, complementado pelos requerimentos n.º 2998/2009, 10020/2009 e 12652/2009, **caducou**;

- g) O imóvel/jardim assume um valor não apenas arquitetónico, formal ou construtivo, constituindo-se também um marco na paisagem urbana do concelho de Oeiras;
- h) «Podemos dizer que, no conjunto dos seus chalets, Monteiro utilizou um mesmo método de projecto, quase como uma receita, adaptando as necessidades específicas de cada caso ao local onde se inseriam, e conferindo-lhes um tratamento exterior individualizado, que respondesse, ora às imposições externas, ora ao seu «próprio» gosto e forma de projectar. Talvez este facto explique a diferença qualitativa que se detecta nalguns casos, entre os aspectos que se relacionam com a concepção geral da obra e aqueles que se referem à composição, ornamentação e tratamento exterior das construções. Quanto a estes últimos, Monteiro sentiu, sem dúvida, a necessidade de testar e de ensaiar no seu próprio país, os conhecimentos que adquiria lá fora, multiplicando as experiências estilísticas e as composições decorativas, apesar de as adaptar caso a caso, a seu próprio modo.»<sup>37</sup>;
- i) O interesse histórico do Palacete e jardim de Santa Sofia, consubstanciado na antiguidade da sua construção, em 1896, alia-se à raridade da arquitetura de estética neo-árabe/neomourisca, particularmente em contexto peri-urbano, e especificamente na zona da grande Lisboa, onde, apesar de tudo, subsistem os poucos exemplares construídos: Palacete Conceição Silva (arquiteto Henri Lusseau / Avenida da Liberdade/1889 - IIP), Praça de Touros do Campo Pequeno (arquiteto António José Dias da Silva/1889 - IIP), Sede associativa, atual Casa do Alentejo (António Rodrigues da Silva Júnior / Rua das Portas de Santo Antão/1917 - MIP) e o Palacete Ribeiro da Cunha (Henrique Carlos Afonso/1877);
- j) A eventual classificação do Palacete e Jardim de Santa Sofia enquadra-se numa política de reconhecimento da produção arquitetónica portuguesa do século XIX/XX como valor patrimonial/cultural, na medida em que, apesar de uma relativa proximidade temporal/histórica, também ela se revela como marca da identidade coletiva e memória da nossa sociedade, e neste caso específico da memória de um projeto com qualidade arquitetónica que se quis marcante, e que aos poucos se apaga da nossa memória;
- k) Conclui-se desta análise que o imóvel assume valor patrimonial de interesse nacional, respondendo a vários dos critérios genéricos de apreciação presentes no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, nomeadamente: a) O carácter matricial do bem; b) o génio do respetivo criador; d) O interesse

<sup>37</sup> Fátima Cordeiro G. Ferreira (Coord.), op. cit., Lisboa, 46.



Departamento dos Bens Culturais  
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial  
Unidade de Coordenação de Classificações

do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica [e] urbanística (...);

- l) O imóvel reflete ainda valores de memória, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, que reforçam o seu interesse cultural relevante dentro do universo do património cultural nacional;

## 8. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do exposto, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, propõe-se:

- a) A classificação como monumento de interesse público (MIP) do Palacete de Santa Sofia, incluindo o jardim e o património integrado, na Rua Sacadura Cabral, 78, Cruz Quebrada, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa, conforme planta em anexo;
- b) Que a zona especial de proteção (ZEP) seja estudada após a publicação da classificação, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. ✓

À consideração superior,

Paulo Jorge de Oliveira Martins

TÉCNICO SUPERIOR

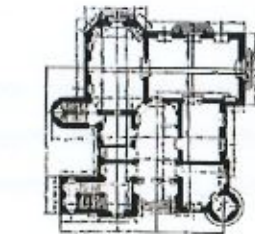


Departamento dos Bens Culturais
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial
Unidade de Coordenação de Classificações

ANEXO 1

PROJETOS DE JOSÉ LUÍS MONTEIRO

Casa Biester 1880 MONTEIRO, José Luiz (1848-1942) const. S Sintra Ernesto Biester.
FIGUEIREDO, José de, "A casa Biester", A Architectwa Portuguesa, ano I, nº 4, 1908, p.13-16.
192 [s.n.], "Casa do sr. Biester - Fachada Norte", Suplemento ao Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes, Ano IV, 1908 [s.n.].
"A casa Biester, em Cintra ", A Construcção Moderna e as Artes do Metal, nº 7 ano XI, Lisboa, 1911, p.49-50.
FERREIRA, Fátima C. G., MAIA, Maria Augusta Adrego, Mestre José Luiz Monteiro na Architectura da Transição do Século, Associação do Architectos Portuguezes, Lisboa, 1990.



planta piso 1 (nível)
b1222 p.14



planta piso 2
b1222 p.16



alçado sudeste
b1222 p.14 VII



alçado norte (principal)
b1222 p.14 VI



sala de jantar
b1222 p.15



salão
b1222 p.14



capela (piso 2)
b1222 p.13



estudo (piso 2)
b1222 p.16

Distribuição da Casa Biester. Pavimento térreo. Cozinha, despensa, sala de jantar dos criados, garagem, arrecadação, etc. Andar nobre (rés-do-chão): Casa de entrada ou vestibulo, sala, sala de jantar, sala de bilhar, gabinete. Primeiro andar: capella e sacristia, quartos de casa, de vestir, de banho e outros dependentes. [b1222, p.16] Não é mencionado o sítio onde provavelmente se localizam os pontos dos empregados.

p394
Casa Biester

MONTEIRO, José Luiz (1848-1942)

Sintra 1880 -

cliente
Ernesto Biester

construção

maestro: Costa

carpinteiro: Carlos da Costa Soares;
estupos: Domingos Ant. da Silva Meira;
escultor esculptor: Leontina Braga;
pintura decorativa: Luigi Nanni;
beta:
ferro forjado: José Quinta;
papeis: Nogueira

bibliografia

b1222
FIGUEIREDO, José de, "A casa Biester",
A Architectwa Portuguesa, ano I, nº 4, 1908,
p.13-16

b1190
[s.n.], "Casa do sr. Biester - Fachada Norte",
Suplemento ao Anuario da Sociedade dos
Architectos Portuguezes, Ano IV, 1908

b1191
[s.n.], "A casa Biester, em Cintra ",
A Construcção Moderna e as Artes do Metal, nº
7 ano XI, Lisboa, 1911, p.49-50

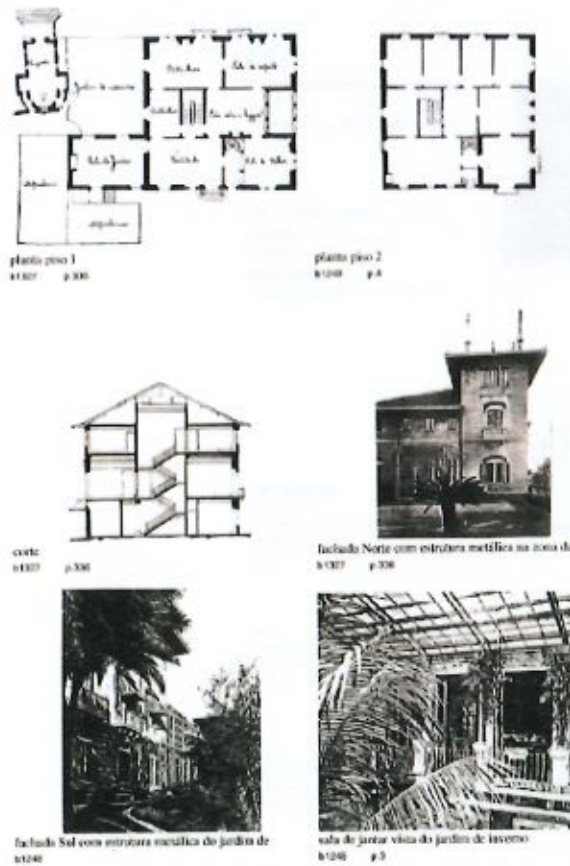
b1220
FERREIRA, Fátima C. G., MAIA, Maria
Augusta Adrego, Mestre José Luiz Monteiro
na Architectura da Transição do Século,
Associação do Architectos Portuguezes, Lisboa,
1990





Departamento dos Bens Culturais
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial
Unidade de Coordenação de Classificações

Casa Manuel de Castro Guimarães, 1885-1886, MONTEIRO, José Luiz (1848-1942) const. S Lisboa.
CARVALHEIRA, Rozendo, "Casa de habitação do Sr. Dr. Manuel de Castro Guimarães", A Architectwa Portuguesa, ano II, nº 1, 1909, p. 1-3.
N. C., "Notas", A Architectwa Portuguesa, ano II, nº 1, 1909, p.3-4.
[s.n.], "Casa do sr. Conde de Castro Guimarães", A Construcção Moderna, ano X, nº36, 1910, p.282.



p519
Casa Manuel de Castro Guimarães

MONTEIRO, José Luiz (1848-1942)

Lisboa 1885 - 1886

cliente

Manuel de Castro Guimarães

construção

maestro: Joaquim da Costa e Silva
arquiteta: Ferrás (sob a direção);
César Izzi (arco sobre a loggia);
Joaquim António Vieira (biblioteca);
jardim de inverno: Cardoso, Dargent & Cº
projeto nova casa de jantar: arqº Carlos
construção casa de jantar: Vieira & Cº
capela (1890): Texeira & Vieillard

bibliografia

10014
CARVALHEIRA, Rozendo, "Casa de
habitação do Sr. Dr. Manuel de Castro
Guimarães", A Architectwa Portuguesa, ano II,
nº 1, 1909, p. 1-3

10108
N. C., "Notas", A Architectwa Portuguesa,
ano II, nº 1, 1909, p. 3-4

10307
[s.n.], "Casa do sr. Conde de Castro
Guimarães", A Construcção Moderna, ano X,
nº36, 1910, p.282

Casa construída sob as "ruínas do palácio incendiado do Duque de Loulé, no pátio do "Theatral". A capela foi reconstruída em 1898, em "estilo românico" pela firma Texeira & Vieillard com pináculos do "plinto-decorado" liseta. O órgão foi colocado em 1908 por especialistas de Braga. Salienta-se a utilização de uma grande estrutura de metal revestida a vidro para construir o "jardim de inverno" que se localiza entre a capela e a casa (ver alçada sul). O mesmo tipo de estrutura é usado como proteção da entrada a norte.

ma B.108



Departamento dos Bens Culturais
Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial
Unidade de Coordenação de Classificações

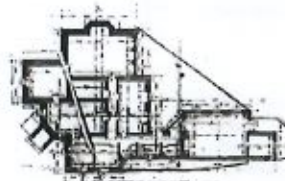
Casa de Verão dos Marquizes do Fayal, MONTEIRO, José Luiz (1848-1942), p.725. 1896-1901. const. S Cascais Duque de Palmela.

[s.n.], "Habitação de verão dos ex.mos srs. Marquizes do Fayal", A Construção Moderna, ano II, n.º26, 1901, p.34.

A. C., "Casa dos srs. Marquizes do Fayal", A Architectura Portuguesa, ano V, n.º 3, 1909, p. 37-39

[s.n.], "Casa dos Marquizes de Fayal, em Cascaes", A Construção Moderna e as Artes do Metal, n.º 12 ano XI, Lisboa, 1911, p. 89-90

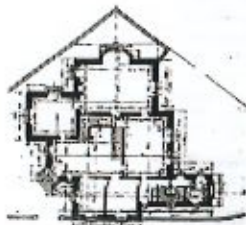
BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, A arquitectura de veraneio: os Estoris 1880-1930, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989 [policopiado].



planta cave 01287



acesso principal 01788



planta piso 1 01287 p.2



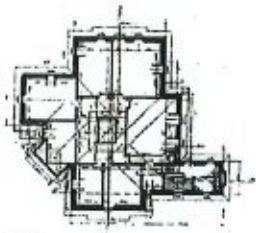
fachada sul 01287



planta piso 2 01287 p.3



este E31 01287



planta telhado 01287 p.4



corte AB 01287

"A serventia da cozinha e outras dependências, é feita por uma escada estabelecida a pouco, ficando os patos unidos em nível ao mesmo nível ao arado" (01287, p.3-4)

p725

Casa de Verão dos Marquizes do Fayal
MONTEIRO, José Luiz (1848-1942)

Cascais 1896 - 1901

cliente

Duque de Palmela

construção

monte de obra: Manuel d'Almeida

bibliografia

[s.n.], "Habitação de verão dos ex.mos srs. Marquizes do Fayal", A Construção Moderna, ano II, n.º26, 1901, p.3-4

A. C., "Casa dos srs. Marquizes do Fayal", A Architectura Portuguesa, ano V, n.º3, 1909, p.37-39

[s.n.], "Casa dos Marquizes de Fayal, em Cascaes", A Construção Moderna e as Artes do Metal, n.º12 ano XI, Lisboa, 1911, p.89-90

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, A arquitectura de veraneio: os Estoris 1880-1930, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989 [policopiado]

# Palacete de Santa Sofia, incluindo o jardim e o património integrado

Cruz Quebrada

União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo

Concelho de Oeiras

▲ Proposta de classificação como monumento de interesse público (MIP)

◁ Limite da zona geral de proteção de 50 metros (ZGP)

